

# **EDUCAÇÃO MERCANTILIZADA E A DESPOLITIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: A FANTÁSTICA FÁBRICA DE DIPLOMAS E A GUILHOTINA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL<sup>1</sup>**

Josiley Carrijo Rafael<sup>2</sup>

Liliane Capilé Charbel Novais<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo apresenta a análise da atual conjuntura da política educacional, em especial do ensino superior, tendo como objeto central o processo de mercantilização e despolitização da formação profissional especificamente nos cursos de serviço social, em decorrência das contra-reformas instauradas nos anos 1990, consolidadas e ainda em desencadeamento no Governo Lula, atendendo as decisões econômicas, políticas e sociais preconizadas pelas diretrizes dos organismos internacionais. Tal processo tem se materializado na larga expansão das instituições privadas de ensino superior, que passam a ofertar cursos na modalidade presencial e em grande escala pelo Ensino à Distância (EAD), realidade essa constatada no cenário mato-grossense a partir dos primeiros anos do século que se inicia, colocando em risco a hegemonia do projeto ético-político do serviço social que orienta a formação e o exercício profissional por via da leitura crítica e contestadora da realidade social.

**Palavras-Chave:** Mercantilização da Educação; Despolitização da Formação Profissional; Projeto Ético-Político do Serviço Social.

## **I. NOTAS INTRODUTÓRIAS: Panorama político da Mercantilização da Educação no Brasil**

Na transição do século XX para o século XXI o modo de produção capitalista vivencia sua primeira grande crise após a segunda guerra mundial, intensificada nos meados da década de 1970, levando o capital monopolista buscar novas (ou velhas?) estratégias para sua revigoração e hegemonia enquanto forma de organização

---

<sup>1</sup> A pesquisa teve a colaboração das acadêmicas de Serviço Social da FACER: Vanessa Martins Galhardo Lopes; e Silvana Barboza dos Santos

<sup>2</sup> Assistente Social, Mestre em Educação; Professor Assistente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Tocantins (UFT).

<sup>3</sup> Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social; Professora Adjunta e Chefe do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

econômica e social, que gozou durante as “três décadas de ouro” como denomina o grande historiador marxista Eric Hobsbawm (p. 253, 2007), dourado que “fugiu com mais brilho contra o pano de fundo baço e escuro das posteriores Décadas de Crise”.

Fenômenos como a mundialização do capital, a reestruturação produtiva e a política neoliberal, se intensificam e começam a demarcar e refletir em todas as esferas da organização social humana, com efeitos destrutivos jamais vistos e analisados pelos analistas críticos de plantão, pois “a Era de Ouro perdeu o seu brilho. Apesar disso, iniciara, na verdade realizara, a mais impressionante, rápida e profunda revolução nos assuntos humanos de que a história tem registro” (p. 281, Idem). Tamanha perversidade é apontada na análise do professor Emir Sader<sup>4</sup> (2008), que identifica a ressaca vivenciada pelos latinos como decorrência do laboratório de choques (elétricos e econômicos) instalados nos países pobres e periféricos, que fizeram e continuam a desencadear efeitos mais avassaladores que os fenômenos da natureza conhecidos como “Tsunami e Katrina”, pois

A mundialização financeira, em suas refrações no País, impulsiona a generalização das relações mercantis às mais recônditas esferas e dimensões da vida social, que afetam transversalmente a divisão do trabalho, as relações entre as classes e a organização da produção e distribuição de bens e serviços. Ela espraia-se na conformação da sociabilidade e da cultura, reconfigura o Estado e a sociedade civil, redimensionando as lutas sociais. O resultado tem sido uma nítida regressão aos direitos sociais e políticas públicas correspondentes (IAMAMOTO, p. 21, 2007).

A dominação econômica e ideológica e o caráter destrutivo do capitalismo maduro, ou do “capital fetiche” como muito bem denomina a professora Marilda Iamamoto, se fortalecem na veia do Estado, pois “essa dominação é impensável sem a intervenção política e apoio efetivo dos Estados nacionais, pois só na vulgata neoliberal o Estado é externo aos mercados” (Idem), e na órbita da mundialização da sociedade global nos deparamos com a subalternidade do Estado brasileiro ao se propor a *rezar a cartilha* dos organismos internacionais, como: a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); a Organização das Nações Unidas (ONU); o Banco Mundial (BM); o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

---

<sup>4</sup> Emir Sader, apresenta essa análise no texto de orelha do livro “A doutrina do choque: A ascensão do capitalismo de desastre” de autoria de Naomi Klein, publicado pela Editora Nova Fronteira, 2008.

Assim, a interferência dos organismos internacionais na definição da política educacional brasileira se desencadeia na passagem da década de 1970 para a década de 1980, no período da “intenção de redemocratização”. A crise brasileira e de outros países periféricos que construíram seus processos de desenvolvimento respaldados na fartura de capitais disponibilizados no mercado internacional, fizeram com que o BM e o FMI impusessem programas de estabilização e ajuste na economia brasileira, atrelando a renegociação da dívida externa ao aval destes organismos, “na essência deste processo estava a reforma do Estado brasileiro, na qual se insere a reforma educacional” (LIMA, 2005).

Parametrado pelos ditames dos acordos internacionais e conseqüentemente pelas “tendências destrutivas das reformas neoliberais” (BOSCHETTI, 2008) no campo da política social, o Estado também estenderá o projeto de contra-reforma para a política de educação, em especial para o ensino superior, nesse sentido,

Buscar entender adequadamente os dilemas e impasses do campo educativo hoje é, inicialmente dispor-se a entender que a crise da educação somente é possível de ser compreendida no escopo mais amplo da crise do capitalismo real deste final de século, no plano internacional e com especificidades em nosso país. Trata-se de uma crise que está demarcada por uma especificidade que se explicita nos planos econômico-social, ideológico, ético-político e educacional, cuja análise fica mutilada pela crise teórica (FRIGOTTO, 1999, p. 78-79).

A educação acaba por assumir integralmente o papel de serviço e mercadoria, em virtude da ordem comercial mundial, sua privatização desencadeia-se a passos largos, sendo fortemente percebida através do sucateamento das universidades públicas, da crescente oferta de escolas privadas e, principalmente, da caótica situação do ensino público em geral.

Nos últimos anos da década de 1990, elementos de continuidade e novas expressões vêm à tona no que tange ao processo de abertura do setor educacional como opção de investimentos de grupos privados. O elemento de continuidade é garantido pelo reforço à concepção de educação como estratégia de qualificação da força de trabalho para o mercado e também de dominação ideológica, através da visão da difusão da concepção de mundo burguesa. O elemento de novidade é o crescente empresariamento da educação, com três aspectos importantes. O primeiro diz respeito à globalização crescente dos sistemas educacionais na América Latina, sendo cada vez mais significativos na região os incentivos para que universidades públicas e privadas associem-se às universidades estadunidenses e européias. O segundo refere-se à constituição das universidades corporativas implementadas nas ou pelas empresas. O terceiro se expressa no incentivo ao investimento na educação à distância, impulsionada pelo desenvolvimento das inovações tecnológicas (LIMA, p. 6, 2005).

É essa conjuntura política que demarca a crise do ensino superior no Brasil nesse início do século XXI, e desencadeia o processo de flexibilização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que teve como pontapé inicial as decisões tomadas no governo Cardoso e se macrodimensionaram e materializaram no governo Lula, legitimando assim, a luta histórica dos empresários da educação, cujo aparato ideológico dissemina a cultura anti-Estado apoiada no marketing da eficácia do mercado, concretizada na educação de massa, aligeirada, despolitizada, numa educação pobre para pobres, culminando no consenso reducionista em compreender a educação como mera obtenção de título.

Nesse sentido, o que constatamos é a banalização do real significado da educação, como instrumento constitutivo do processo de construção da emancipação política e humana, pois a concepção da educação enquanto estrutura norteadora na construção de uma sociedade justa e cidadã perpassa pelos mecanismos e intenções na qual sua interferência será utilizada, se considerarmos que a educação é algo que pode ser conduzido para ajudar na libertação ou na dominação dos seus sujeitos, como defende Arroyo (1988):

A educação moderna vai se configurando nos confrontos sociais e políticos, ora como um dos instrumentos de conquista da liberdade, da participação e da cidadania, ora como um dos mecanismos para controlar e dosar os graus de liberdade, de civilização, de racionalidade e de submissão suportáveis pelas novas formas de produção industrial e pelas novas relações sociais entre os homens. Percebe-se uma constante: a educação passa a ser encarada como santo remédio, capaz tanto de tornar súditos cidadãos livres, como de controlar a liberdade dos cidadãos. Nos últimos séculos, a distribuição da dose de educação passa a estar condicionada ao destino de cada indivíduo na nova ordem social e à dose de poder que os diversos grupos sociais vão conquistando (p.36).

Contudo, o cenário político explicita o avassalador estágio da mercantilização da educação, e os interesses ideológicos que sustentam essas gigantes *fábricas de diplomas* e de sujeitos despolitizados, demarcando uma nova era de barbárie e de fragmentação dos sujeitos históricos, intensificando o refluxo dos movimentos sociais e da organização da classe trabalhadora.

## **II. DESCORTINANDO A REALIDADE PERIFÉRICA: o dilúvio de diplomas de Serviço Social no Estado de Mato Grosso e a crise do Projeto Profissional**

O Estado de Mato Grosso possui uma área de 903.357 km<sup>2</sup>, dividida entre 141 municípios, com população estimada em 2007 de 2.854.456 habitantes, conforme dados do IBGE. O Estado está localizado ao oeste da região Centro-Oeste, com grande percentual de sua extensão territorial pertencente à Amazônia Legal, remetendo ao Estado a característica de região periférica, com problemas de infra-estrutura e na rede de serviços.

A desigualdade do Estado perante os grandes centros pode ser confirmada até mesmo pelos aspectos negativos que envolvem a nossa organização social, política, econômica e cultural. E nesse ponto, destacamos o processo de massificação da formação profissional por via da mercantilização do ensino, em especial a formação em serviço social – objeto do presente estudo – cuja aurora é sinalizada em meados dos anos 1990 na região sudeste do Brasil, e que o Mato Grosso só vai sediar a partir do ano de 2005, com a criação do primeiro curso de serviço social na rede privada, mas precisamente na Faculdade Cenecista de Rondonópolis<sup>5</sup> (FACER), uma instituição pertencente à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), que ironicamente numa espécie de “vingança da história” trata-se de uma instituição de natureza filantrópica, contrapondo-se radicalmente aos preceitos hegemônicos da formação e do exercício profissional do assistente social desde a década de 1980 que orientada pela corrente de pensamento marxista tem uma posição contrária à cultura da filantropia e da caridade, por via da defesa dos direitos sociais e da efetivação das políticas públicas no sentido da garantia da emancipação humana.

Conforme dados coletados na FACER, atualmente o curso de serviço social conta com aproximadamente 130 alunos regularmente matriculados e distribuídos em sete turmas/semestres, sendo que a primeira turma estará concluindo o curso no final de 2008, e a última turma ingressou na faculdade no primeiro semestre de 2008, pois o vestibular que sempre ocorreu no mês de julho para ingresso no segundo semestre foi cancelado, provavelmente pela hipótese de baixa demanda, como ocorrera nas últimas quatro turmas que iniciaram o curso de serviço social, conseqüência da acirrada e

---

<sup>5</sup> Rondonópolis é o terceiro maior município do Mato Grosso, localizado na região sul do Estado, com população média de 180.000 habitantes. O município possui visibilidade considerável em decorrência de sua economia ser sustentada pelo agronegócio, e também, por ser o município de origem do atual Governador do Estado Sr. Brairo Maggi, conhecido como o Rei da Soja do mundo.

desleal concorrência com as instituições que atuam na modalidade de Ensino a Distância. A crise e a dificuldade na constituição de novas turmas, que obviamente acarreta menor lucro para a instituição, atualmente é estendida para o processo de formação, e se materializa na qualificação do atual corpo docente, que conta apenas com uma única docente assistente social com título de mestre, que por sinal é mestre em psicologia. Conforme relatos dos alunos que se encontram no último semestre do curso, e em processo de elaboração da monografia, as orientações dos Trabalhos de Conclusão de Curso estão sendo desenvolvidas inclusive por docentes que não possuem ao menos o título de especialista, o que denota o descaso institucional com a formação acadêmica desses futuros profissionais.

Iniciando a perversidade da lógica mercantil do capital na esfera do ensino superior, e referendando o ensino universitário “reduzido ao treinamento, à transmissão de conhecimentos e ao adestramento que marcam o ensino pasteurizado, fragmentado e parcializado” (ABESS/CFESS/ENESSO, 1999) consonante com a cultura anti-Estado, a FACER não imperou por muito tempo como a única instituição privada na formação em serviço social, e temos no início do ano de 2007 a criação do segundo curso presencial em serviço social no Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG), o segundo maior complexo de ensino superior privado do Estado de Mato Grosso, localizado em Várzea Grande, município vizinho da capital Cuiabá. Atualmente o curso do UNIVAG possui a média de 170 alunos regularmente matriculados e distribuídos em quatro turmas/semestres, número que demonstra por si só o agravamento da formação profissional na referida instituição, que aloca em uma única turma um número altíssimo de alunos, e que em disciplinas gerais como sociologia, filosofia, psicologia e outras, o número de alunos por sala chega à média de 150 acadêmicos, pois as disciplinas são ofertadas simultaneamente para vários cursos, modalidade denominada pela instituição de “disciplinas integradas”, com objetivo real e explícito de otimizar a força de trabalho docente e assim desonerar os custos com a contratação de outros profissionais, na qual “a lógica que opera é a da pura rentabilidade capitalista” (NETTO, 1996), comprometendo drasticamente “a formação de quadros acadêmicos e profissionais dotados de competência crítica e compromisso público com os impasses do desenvolvimento da sociedade nacional em suas implicações para a maioria dos trabalhadores brasileiros” (IAMAMOTO, 2007, p. 437).

Nas ondas tardias, mas não menos desastrosas da proliferação da educação mercantilizada, no cenário mato-grossense, temos ainda a criação da terceira escola de

serviço social na modalidade presencial, sediada na Faculdades Unidas do Vale do Araguaia (UNIVAR) no município de Barra do Garças, criado no início de 2008 o curso possui 40 alunos matriculados, e pela peculiaridade de sua criação recente, os dados e análises referentes ao corpo docente de assistentes sociais e a condução da política pedagógica não serão explicitados nesse momento, o que não quer dizer que a referida instituição não venha a somar com as outras já destacadas, nesse processo de banalização da educação, decorrente do livre mercado instaurado pela contra-reforma do Estado, livre mercado que para Emir Sader (2008) é “irmão siamês da ditadura militar”.

A ofensiva conservadora orientada pela ditadura do capital pode ser verificada na desconstrução dos direitos assegurados na carta constitucional de 1988 que é aprovada em movimento contrário às tendências neoliberais já instauradas em vários países, e que na área da educação tem se materializado nesse atual Governo por meio do contraditório e confuso Decreto n. 6.096, de 24 de maio de 2007, que institui o “Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais”, o conhecido REUNI. É ainda com essa mesma intencionalidade de expansão e massificação do ensino sem qualidade “que se explica a regulamentação do Ensino à Distância (EAD) para todos os níveis de ensino e o exponencial aumento de vagas no ensino superior brasileiro, ratificada com a instituição da Universidade Aberta do Brasil (UAB), implantada em 2006” (IAMAMOTO, 2007, p. 437).

Bom, se o quadro da formação profissional em serviço social no cenário mato-grossense já se mostrava catastrófico com a criação dos cursos presenciais em instituições privadas, a realidade passa a ser mais drástica com a proliferação do Ensino à Distância, que começa a atuar no Estado a partir de 2006 e surge como um verdadeiro rolo compressor para as tão sonhadas e galgadas conquistas da categoria profissional desde a hegemonia da “intenção de ruptura” com o conservadorismo de um passado bem recente.

O Estado de Mato Grosso conta hoje com quatro instituições que oferecem o curso de serviço social na modalidade EAD, sendo elas: Unitins-Eadcom; Unopar-Unisat; Uniderp-Interativa e ULBRA. As aulas ocorrem uma vez por semana, e os cursos são apostilados, em alguns deles oferecem o material digitalizado em CD e com aulas gravadas em DVD, o acompanhamento das aulas que são desenvolvidas por meio do instrumento áudio-visual de tele/vídeo-conferência geralmente são feitos pelos denominados tutores, que na grande maioria não são assistentes sociais, infringindo

diretamente o Código de Ética do Assistente Social, no quesito das atribuições privativas do profissional.

Levando em consideração as dificuldades para obtenção de dados precisos, na pesquisa realizada junto às instituições, estimamos que atualmente mais da metade dos 141 municípios que integram o Estado de Mato Grosso, já estão sendo contemplados (ou bombardeados?) com a oferta do curso de serviço social na modalidade EAD, pois aqueles que não o sediam, contam com a oferta em municípios pólos. Acarretando num contingente estimado de mais de 500 alunos em processo de formação, que elevará em curto prazo de tempo o número de profissionais do Estado, que hoje se encontra na casa de 1120 assistentes sociais inscritos e ativos no Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/MT 20ª Região, trazendo “sérias implicações para o exercício profissional [...] pois dificilmente a oferta de postos de trabalho poderá acompanhar, no mesmo ritmo, o crescimento do contingente profissional, pressionando o piso salarial, a precarização das condições de trabalho [...]” (IAMAMOTO, 2007, p.440).

O que poderia ser cômico se não fosse trágico é que essas alterações regressivas para o conjunto da categoria profissional, e para sociedade em geral, são intensificadas no Governo de Luis Inácio Lula da Silva, em plena gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), que na história da profissão sempre foi um aliado fundamental no enfrentamento da ordem burguesa, na ação oposicionista e na retórica. Tanto que no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) de 1979, em pleno momento de abertura do regime militar e de efervescência do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, temos na mesa principal do evento a figura do maior líder da classe trabalhadora do Brasil, o jovem Lula, que contribuiu para que hoje esse Congresso seja reconhecido por toda categoria como o “Congresso da Virada”.

Destarte, frente à contraditória e estranha conjuntura política que compromete a legitimidade e hegemonia do projeto ético-político profissional do serviço social e conseqüentemente o futuro da profissão, reiteramos a provocativa reflexão e questionamento colocado por José Paulo Netto, ao fazer o balanço dos primeiros anos do primeiro mandato do Governo Lula:

[...] qual a atitude das vanguardas que lutaram por quase duas décadas e que conquistaram a hegemonia no campo profissional com o projeto ético-político, vanguardas cujos membros (profissionais “de campo”, docentes, pesquisadores, estudantes) foram ou são militantes petistas – qual a sua atitude quando o PT implementa uma prática governamental que colide essencial e francamente com a programática política (agora claramente

demarcada da prática partidária) proposta no projeto profissional? (NETTO, 2004, p. 23-24).

É sob a luz dessa indagação que entendemos que a atual conjuntura explicita um momento inédito no âmbito da profissão, e de uma “possível dissolução da hegemonia do projeto ético-político profissional” (BRAZ, 2007), que coloca em risco todas as conquistas acumuladas no curso das duas últimas décadas, e é o próprio José Paulo Netto (2007) que vai retomar a polêmica lançada e sugerir que diante da ditadura do capital e da perversidade das estratégias neoliberais o grande desafio e a atitude profissional a ser tomada encontram-se no reconhecimento de que “o seu enfrentamento supõe mais vontade política organizada e menos ilusões otimistas”.

### III. À GUIZA DE (IN)CONCLUSÃO

Diante da barbárie na qual a educação se debruça, e da tentativa de minimização do seu papel, e do crescente conformismo social assolado pelas correntes conservadoras burguesas, resta-nos radicalizarmos nossas ações de enfrentamento, que ainda se mostram tímidas frente a macrodimensão do capital fetiche que mutila e retalha todas as dimensões da vida social, e com otimismo na ação e a convicção do potencial da dialética humana, lembremos da magnitude das palavras do poeta Manuel Bandeira: “[...] Poderoso para mim não é aquele que descobre ouro. Para mim poderoso é aquele que descobre as insignificâncias (do mundo e as nossas). Por essa pequena sentença me elogiaram de imbecil. Fiquei emocionado e chorei. Sou fraco para elogios”.

Portanto, é contra a corrente da insignificância, da banalização e da barbárie que se instaura nosso maior e ambicioso desafio na busca de uma educação pública, gratuita e de qualidade, desencadeada pela real articulação entre ensino-pesquisa-extensão. E para encerrar o texto de uma polêmica que não se encerra nessas curtas páginas, devemos definitivamente galgar e buscar uma “educação para além do capital” como sugere Mészáros (2005), uma educação que não seja um mero reflexo **quantitativo** do acesso ao ensino superior, mas sim, uma possibilidade **qualitativa** da construção da emancipação política e humana, cuja obtenção do título seja uma consequência do processo dialético do conhecimento, e não o meio e o fim de uma trajetória acadêmica e profissional fadada ao fracasso.

### IV. REFERÊNCIAS

ABESS/CFESS/ENESSO. **Reforma do Ensino Superior:** a regulamentação da LDB e as implicações para o Serviço Social. Brasília, 1999 (mimeo).

ARROYO, M. G. **Educação e Exclusão da Cidadania. Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** 2ª edição. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. Vol. 23. São Paulo: Editora Cortez, 1988.

BOSCHETTI, Ivanete. Exame de proficiência: uma estratégia inócua. In: **Serviço Social & Sociedade** – Exame de Proficiência em Debate. Ano XXIX, No. 94, São Paulo: Cortez, 2008.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. In: **Revista Inscrita**. Ano VII, No. 10. Brasília: CFESS, 2007.

\_\_\_\_\_. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social & Sociedade**. Ano XXV, No. 78. São Paulo: Cortez, 2004.

FRIGOTTO, G. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, P. (Org.) **Pedagogia da Exclusão:** Crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos:** O breve século XX 1914-1991. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche:** Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, K. **Organismos internacionais:** o capital em busca de novos campos de exploração lucrativa. Disponível em [www.assistentesocial.com.br/cadernos.html](http://www.assistentesocial.com.br/cadernos.html). Acesso em janeiro de 2005.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**. Ano XVII, No. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. In: **Revista Serviço Social & Sociedade** – Serviço Social: Formação e projeto político. Ano XXV, No. 79. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. Das ameaças à crise. In: **Revista Inscrita**. Ano VII, No. 10. Brasília: CFESS, 2007.